



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 119

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 290ª SESSÃO CONJUNTA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DILSON FANCHIN — Análise sobre o discurso proferido pelo Presidente José Sarney na abertura da 40ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Ofício circular enviado a S. Exª pelo Sr. Ministro da Saúde, no concernente à solução da crise que se verificava na Fundação das Pioneiras Sociais.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Reforma agrária.

DEPUTADO ISRAEL DIAS-NOVAES — Considerações sobre o Congresso Brasileiro de Informática, ora em realização em São Paulo.

DEPUTADO JORGE CARONE — Solicitando apoio dos funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, na campanha de S. Exª para a Prefeitura de Belo Horizonte. Discurso do Presidente José Sarney na abertura da 40ª Assembleia Geral da ONU.

DEPUTADO JOSÉ COLAGROSSI — Carta à Nação apresentada no I Encontro dos Engenheiros de Brasília, realizado em maio último.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Críticas à política econômica do Presidente José Sarney.

DEPUTADO HORÁCIO ORTIZ — Análise sobre a atual campanha eleitoral para a Prefeitura da Cidade de São Paulo.

DEPUTADO PEDRO CORRÊA — Visita do Governador Roberto Magalhães à cidade de Goiânia, por ocasião da inauguração de obras de remodelação do Hospital Regional Belarmino Corrêa.

DEPUTADO ALCENI GUERRA, como Líder — Reparos ao discurso pronunciado pelo Sr. Wilmar Palis na presente sessão.

1.2.2 — Requerimento

Nº 13, de 1985-CN, de Presidente de Comissão Mista, solicitando novo prazo para emissão de parecer sobre matéria que menciona. **Aprovado**

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, em regime de urgência, de matéria que menciona.

1.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1985, que acrescenta parágrafo ao art. 101. **Discussão encerrada**, após parecer oral favorável proferido pelo Sr. Jorge Kalume em nome da Comissão Mista, ficando a **Votação adiada** por falta de quorum.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 290ª Sessão Conjunta, em 24 de setembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Aloysio Chaves — Alexandre Costa — Américo de Souza — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Alfredo Campos — Severo

Gomes — Mauro Borges — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Álvaro Dias — Enéas Faria — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raulo Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Lucena Leal — PFL; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedicto Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho —

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Café — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Orlando Bezerra — PFL.

Rio Grande do Norte

Assunção Macêdo — PMDB; Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Antônio Gomes — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Tarcísio Buriti — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PFL; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PSB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Afonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PTB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Penedo — PFL; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Agnaído Timóteo — PDT; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDC; Darcílio Ayres — PDS; Denisar Arneiro — PMDB; Emmanuel Cruz — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo de Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Simão Sessim — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Dimas Perrin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nilton Velloso — PFL; Osvaldo Murta — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Alcides Franciscato — PFL; Aurélio Peres — PC do B; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Fer-

reira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; José Camargo — PFL; José Genoíno — PT; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PFL; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Brasilho Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kiffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PFL; Leo de Almeida Neves — PDT; Oscar Alves — PFL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irája Rodrigues —

PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélito Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Prati de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 38 Srs. Senadores e 308 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Dilson Fanchin.

O SR. DILSON FANCHIN (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Nova República está procurando administrar a caótica herança deixada pelo regime passado, cujos desmandos levaram a economia nacional à beira da falência e geraram um insuportável déficit público, que é o principal responsável pelos elevados índices da inflação brasileira.

Uma dívida externa que ultrapassa 100 bilhões de dólares também funciona como peso esmagador sobre a Nação, comprometendo as necessidades de crescimento econômico e de geração de empregos para uma população que cresce a uma taxa de 2.4% ao ano, das mais altas na geometria de Malthus.

Na sessão de abertura da 40ª sessão da Organização das Nações Unidas, o Presidente José Sarney proclamou, perante representantes de 150 países ali presentes, a firme decisão de seu Governo em não admitir a recessão, a fome e a miséria do nosso povo como preço ao resgate dos nossos compromissos externos junto aos banqueiros. Suas palavras alcançaram a melhor ressonância em todos os segmentos sociais, eis que vieram ratificar a posição assumida por Tancredo Neves em sua viagem à Europa e aos Estados Unidos antes de sua frustrada posse na Presidência da República.

Resta, agora, esperar o crucial instante de se transformar a retórica em ação, quando nos defrontamos outra vez com os emissários do Fundo Monetário Internacional, para lhes mostrar que tudo aquilo quanto foi dito na memorável solenidade, sob o testemunho do mundo, no Plenário da ONU, é pra valer mesmo.

Certamente, o posicionamento do Brasil, na delicada questão, estimulará idênticos exemplos por parte de outras nações, também seriamente endividadas, sem que signifique a formação de um cartel dos países devedores, mas, tão-somente, a consciência de que não é mais possível tolerar as exigências dos países ricos que assim desejam continuar às custas do crescente empobrecimento de mais de dois terços da humanidade.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, se esta é a política corrente no tratamento da dívida externa, não é compreensível que o Governo queira cobrir seus déficits de caixa através do aumento dos impostos, segundo declarações do Ministro do Planejamento, João Sayad, providência que, desde já, vem gerando profundas preocupações nos meios empresariais diante das funestas perspectivas que encerram.

O propalado "pacote fiscal", que já teria sido confirmado pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, imporá maiores sacrifícios aos contribuintes, elevará custos e realimentará a inflação, tornando nulos todos os esforços que se envidem para se debelar a crise brasileira. Não constitui uma solução, mas apenas um paliativo, para cobrir o déficit público somente sanável com uma política de rigorosas austeridades por parte da administração pública.

Atira-se, sobre a Nação a responsabilidade total de pagar pelos erros dos maus gestores da coisa pública é fugir aos compromissos assumidos pela Nova República.

Lá, em Nova York, fazemos solene profissão de fé, em que não será com o sacrifício do povo que iremos pagar a dívida externa. Aqui, as feras e os verdugos do fisco querem levar a sociedade ao desespero total.

Além do mais, a elevação pura e simples de impostos é desmoralizando e a Ditadura se especializou na sua completa falta de criatividade e na ausência de sensibilidade ante o sofrimento do nosso povo.

A Nova República sugere inovação, jamais repetição.

"Nossas empresas exportam com escassos lucros e a nossa mão-de-obra recebe baixa remuneração.

É triste confessar que o nosso salário mínimo é de 50 dólares mensais."

(Fala do Presidente José Sarney na ONU — 40ª Assembléia Geral das Nações Unidas.)

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas:

Recebi do Exmº Sr. Ministro da Saúde, Deputado Carlos Sant'Anna, um ofício circular em que S. Exª dava ciência da solução da crise que estava instalada na Fundação das Pioneiras Sociais.

O ofício do Sr. Ministro é uma demonstração de que o Executivo passa a considerar o Congresso como um parceiro válido, parceiro que poderá dar a sua contribuição, e seguramente tem dado uma contribuição efetiva, no encaminhamento das soluções administrativas. Ocorre, no entanto, Sr. Presidente, que o acordo firmado entre o Presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, Dr. Campos da Paz, o Ministro Carlos Sant'Anna, da Saúde, e o Ministro da Casa Civil, José Hugo Castelo Branco, com o aval e a presença de oito Parlamentares desta Casa, não foi cumprido pelo Dr. Campos da Paz. De forma que eu gostaria de registrar a situação atual do movimento dos funcionários da Fundação das Pioneiras Sociais, onde a perspectiva atual daqueles servidores é de ingressar novamente em uma greve. Há uma penúria extrema, advinda do não recebimento de dois meses de salário, uma descrença quanto à confiabilidade das autoridades do Governo — e isto me preocupa, como membro do Partido do Governo, nove dos funcionários grevistas não foram atendidos, não foram reintegrados no quadro, há uma sensação crescente dos funcionários da Fundação das Pioneiras Sociais de que foram ludibriados pelo nosso Governo, há uma perplexidade ante o fato de que inúmeras greves ocorridas, no mesmo período, tenham recebido um tratamento diferenciado. Assim, dessa forma, Sr. Presidente, eu invoco inclusive o Líder do PMDB de plantão, Deputado José Maria Magalhães, que foi uma das testemunhas, uma vez que está sendo quebrado o acordo por uma das partes. E eu não posso compreender que dois Ministros de Estado, o articulador político, o Ministro Chefe da Casa Civil, Deputados Federais de todos os partidos, tenham firmado com uma das partes, que aparentemente é mais fraca, o Presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, Dr. Campos da Paz, e nada disso venha a ser cumprido.

É ruim para a Nova República, é ruim para o PMDB, é ruim para o Congresso, é ruim para os funcionários e é bom para ninguém.

Que força misteriosa detém o Dr. Campos da Paz? Antigo aliado do General Medeiros e de outras figuras exponents da repressão deste País, que força misteriosa detém, que poder misterioso detém o Presidente da Fundação das Pioneiras Sociais? É verdade que ele está sendo apoiado, neste momento, pelo Ministro Antônio Carlos Magalhães, que tem o dom de sempre apoiar, a Velha e na Nova República, aquilo que mais controverso é para a opinião pública.

Quero registrar, nesta oportunidade, a nossa perplexidade com relação ao retardamento de medidas administrativas, por parte do Deputado Carlos Sant'Anna, Ministro da Saúde, o caso específico de Pernambuco, que

nenhuma modificação foi feita na direção da SUCAM, que é um organismo de importância e que tem um papel preponderante, um papel ativo na questão da saúde pública. É como se não tivesse havido Nova República; ficou tudo na mesma coisa.

À medida que vão retardando essas situações administrativas, começa a se esvaír a inquietação da população, o anseio de mudanças. E nós todos, Sr. Presidente, fomos à praça pública avaliar de que haveria modificações, mudanças importantes. Mas, já são passados quase sete meses da Nova República e, nesse setor, no setor da SUCAM, no Estado de Pernambuco, lamento ter que registrar no Congresso Nacional, lamento verdadeiramente, que nenhuma modificação se processou. Dessa forma, faço um duplo apelo ao Sr. Ministro da Saúde. Um apelo com relação a ratificar, com a autoridade que tem um Ministro de Estado, o cumprimento do acordo da Fundação das Pioneiras Sociais, e o apelo para que as populações do interior, as populações das cidades não percam de vez as esperanças na Nova República. Que as modificações comprometidas em praça pública, avaliadas por todos nós, sejam efetivamente realizadas. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O problema da reforma agrária, cuja primeira solução foi suscitada pelo atual Governo, com a sua proposta de levar à prática o Estatuto da Terra, com mais de vinte anos de vigência e sem prática objetiva além da distribuição de lotes e lavradores desapossados — muitos dos quais logo os vendia, por não poder cultivá-los — continua a merecer a atenção de todos, porque implica, ao mesmo tempo, no pleno atendimento à demanda interna, com excedentes exportáveis e na mobilização de mão-de-obra de cerca de vinte milhões de trabalhadores.

Lançada pelo INCRA, com o assentimento do Ministério da Agricultura e o apoio do Presidente da República, a proposta para o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, logo propagou-se, por instrumentos mal informados e por órgãos de divulgação pouco esclarecidos, que a reforma atingiria, simultaneamente, o latifúndio, mesmo que produtivos.

Evidentemente, os latifundiários não acreditaram nisso, mas a intranquilidade começou a atingir os proprietários de sítios, chácaras e pequenas fazendas, na quase totalidade suficientemente aproveitadas, diante dos nossos modestos padrões de produtividade.

Sabe-se que de quatro milhões e cem mil imóveis rurais no País, cerca de oitenta e três por cento têm área inferior a cem hectares, enquanto a legislação agrária em vigor só admite a desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária, dos latifúndios por dimensão e por exploração. Ora, só muito raramente a pequena propriedade pode constituir-se num latifúndio por exploração, entretanto livre de desapropriação, nos termos do art. 19, § 3º, alínea "a", do Estatuto da Terra, os imóveis cuja área não exceda a três vezes o módulo de propriedade, de acordo com o tipo de exploração.

Além disso, essas pequenas unidades produtivas assumem importância fundamental para a economia brasileira, responsáveis pela produção dos principais alimentos, empregando muita mão-de-obra, investindo mais que as grandes propriedades, apresentando-se como fiéis contribuintes fiscais.

Tudo isso explicado, convenientemente, já cessou o início de pânico entre os pequenos proprietários.

Podem ser desapropriados, no entanto, aqueles minifúndios que não têm podido sustentar uma família, para promover-se o seu reagrupamento, transformando-se em unidades de dimensão econômica viável.

Lembre-se, outro tanto, que as propriedades de área excelente de vinte e cinco hectares, estão isentas do Imposto Territorial Rural, quando cultivadas pelo proprietário e sua família, exclusivamente.

A Nova República promoverá essa reforma agrária, esperada há dois decênios, sem prejudicar ninguém que use a terra para cumprir a tarefa da produção.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Dias-Novais.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: No momento em que se realiza em São Paulo o Congresso brasileiro de Informática, cuja instalação solene foi presidida pelo eminente Presidente Interino da República, Ulysses Guimarães, quero, diante da oportunidade, trazer à reflexão e ao debate dos Srs. Congressistas, a questão da reserva de mercado nesse importante setor da economia nacional, tema em relação ao qual o saudoso Presidente Tancredo Neves disse: "Sou pela reserva de mercado, e sei o quanto o tema desperta contradições, dúvidas e perplexidades".

Mais adiante aquele eminente brasileiro e patriota em seu lúcido depoimento, na Comissão mista do Congresso Nacional, dizia com toda ênfase: "Acho que, sem ela, dificilmente nós conseguiríamos construir, neste país, uma política de informática que nos possibilite realizar os grandes objetivos imprescindíveis ao nosso desenvolvimento econômico, à nossa independência tecnológica e, até mesmo, aos objetivos mais imediatos da soberania nacional".

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta constitui, notoriamente, uma questão de transcendental importância para o futuro de nosso País.

Pois exatamente contra ela aglutinam-se as forças internacionais mais poderosas, a partir de um *lobby* tão organizado quanto contundente. Recentes manifestações de diferentes setores representativos dos interesses multinacionais, e, até mesmo, manifestação do Presidente dos EUA, dão a exata medida das terríveis pressões que o nosso Governo haverá de enfrentar e suportar, para defender e manter a atual lei da reserva de mercado.

Mas, Srs. Congressistas, a convicção patriótica não permitirá outra atitude do Governo, que não a de resistir.

Há pouco tive oportunidade de tomar conhecimento de recente livro de autoria do Sr. José Dion de Melo Teles, "Pela valorização da inteligência".

Li-o com natural interesse de um homem público interessado pela área e também preocupado com esta questão tão relevante à causa pública e ao interesse nacional.

A posição do Sr. Melo Teles em favor de um modelo que contemple e estimule a inteligência brasileira a desenvolver e a construir soluções tecnológicas brasileiras parece não ser de agora.

Defende-a, desde a época em que presidia o Conselho Nacional de Pesquisas — CNPq, e mesmo antes disso.

Em razão disso, e dada a importância do assunto, quero, Sr. Presidente, reproduzir um trecho de "Pela valorização da inteligência". Eis o que escreveu o Sr. Dion:

"Em uma tentativa de análise, creio que a criação ou aprovação de tecnologias com conseqüente produção de bens e serviços exige a observação concomitante de duas condições:

A primeira, que se poderia chamar "condição necessária", seria a proteção de um mercado consumidor instalado inicialmente, em geral, por uma política de substituição de importação via reserva de mercado doméstico, nos Estados Unidos, a lei conhecida por *buy american act* estabelece condições para que a demanda governamental de bens e serviços possa ser suprida do exterior.

Tal condição não basta para assegurar o sucesso da política a longo prazo, mesmo quando é substituída por proteções tarifárias permanentes, daí, ser importante a geração de uma "condição suficiente".

É uma condição mais complexa, que apresenta múltiplas fases e decorre da existência concomitante de recursos naturais e de competência humana para processá-los em produtos, distribuí-los, mantê-los e aperfeiçoá-los.

A imprescindível competência humana tem um compromisso inarredável com a alta qualidade, a densidade e a continuidade dos participantes da criação de conhecimentos, habilidades, tradições de trabalho e legislação compatível com uma sociedade industrializada e sua cultura. Tem-se, daí, que o apoio do Estado passa a ser vital para dinamizar a criação e o aperfeiçoamento de produtos, com base no tripé ensino-pesquisa-extensão, conjugada à indústria de produtos e serviços existentes, esse

apoio pode ser traduzido numa série de medidas, e entre elas declinarei as seguintes:

— Consumidor-especificador solidário: trata-se de importante fator não-fiscal para aumentar a competitividade do parque fornecedor no mercado internacional; é um subsídio "embutido" que não gera restrições no GATT, e sua concessão poderá ocorrer por via da compra de produtos, em cujo contrato é aceito um *over price* para financiar o desenvolvimento do P & D Industrial, ou por encomenda de protótipos, plantas-piloto, ensaios, projetos de engenharia e de detalhamento, ou por compra de pré-séries; garantia de demanda em escalas e horizontes de tempo que dêem sustentação a um parque industrial diversificado e competitivo;

— Restrições aduaneiras e para-fiscais;

— Padrões metrológicos: normas técnicas e de controle de qualidade compulsórias com especificação obrigatória nos processos de concorrências públicas para compras;

— Inversão do tratamento atual de similaridade nacional na CACEX;

— Suporte, por via orçamentária ou a fundo perdido, de universidade, laboratórios de metrologia legal, institutos de pesquisa associados, bibliotecas e bancos de dados, ensino profissional, fundações de apoio à pesquisa científica e tecnológica;

— Política fiscal-tributária que permita abater os resultados negativos de pesquisa e desenvolvimento *white offs* e apropriar no ativo os intangíveis resultados dos sucessos *know-how*;

— Tributação de fortunas e legados, propiciando a criação de fundações que dêem suporte à pesquisa e/ou às artes e à filantropia;

— Financiamento bancário, sobretudo ao investimento, que considere o *know-how* um "bem cadastrável" e garantia de menor risco e, como tal, de financiamento a custo financeiro mais baixo;

— Apoio ao inventor, à administração de patentes e direitos, acessíveis e adequados aos interesses nacionais e extensivo ao *software*.

Em casos de atividades pioneiras e/ou complexas, deve-se articular à operação financeira um seguro de *performance-bond*, pois tal operação de seguro convoca cientistas, tecnólogos e gerentes de projetos para analisar e minimizar os riscos.

Cumpra lembrar que a evolução das atividades industriais dependentes dos itens que acabo de enumerar teve sua trajetória determinada pelos fatores decorrentes do atendimento das condições necessárias e suficientes que citei anteriormente.

Vale destacar mais dois fatores que caracterizam a evolução e a estabilidade das iniciativas de criar indústrias e tecnologias, os quais exigem profunda reflexão.

Em primeiro lugar, contemple-se criticamente a tradicional e cartorial atitude de incentivar fortemente a criação da oferta, supondo a demanda existente e não participando do processo decisório, por definição, mercado cativo, dinheiro financiado a baixo custo e "cartas-patentes" são mecanismos considerados necessários e suficientes para consolidar as políticas tuteladas pela burocracia estatal.

Essa é a Gênese dos oligopólios, canais privilegiados de importação e um mercado consumidor ressentido em relação aos baixos padrões de desempenho/preço praticados no mercado interno.

São duas abordagens reciprocamente excludentes. A primeira é a mais comum neste país ibérico, que a pratica desde a concessão das capitânias, alvarás e patentes. Ela cria um consumidor revoltado ou indiferente, um empresário refratário aos riscos, ao anestesiá-lo a percepção de que o lucro é nada mais do que a remuneração do risco, devendo os dois guardarem proporcionalidade racional entre si.

Percebe-se pelo que foi dito a crucial necessidade de se promover uma íntima integração estado-empresa, a fim de permitir a instalação de uma indústria autônoma de tecnologia de ponta. Estou convicto de que se pode alcançar semelhante objetivo, partindo da filosofia implícita na segunda abordagem.

Para tanto, esteja-se alerta para o fato de que a projeção inicial do mercado doméstico é condição necessária, mas não suficiente. Haja visto o exemplo da indús-

tria automobilística, que não é nacional até hoje, embora utilize tecnologia tradicional.

No caso particular da informática, é essencial o apoio permanente da sociedade, via governo, para financiar pesquisas competentes em físico-química, materiais, instrumentação etc. Para chegarmos ao "coração" desta empreitada, precisamos dominar a tecnologia do *chip* de alta integração, sem o qual a autonomia tecnológica será uma quimera."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

A minha primeira mensagem é para os funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado, pedindo a eles que me ajudem na campanha, em Belo Horizonte. Quem tiver um parente ou um amigo peça para votar em Carone. Fui amigo do funcionalismo municipal, em Belo Horizonte, e do estadual; dei a paridade, e todos os movimentos que houve, nesta Casa, aqui, a favor dos funcionários, sempre fiquei ao lado deles e contra a executiva, reclamando que, realmente, o aumento deveria ser maior e reclamando que estava demorando. Então peço aos Srs. que me ajudem.

Em segundo lugar, quero dizer que, em matéria de prévia, sempre as perdi e sempre venci as eleições. Um jornal que me deu 7%, está esquecendo que tive quase 7% em Belo Horizonte, onde tive 45 mil votos, dos quais vinte e tantos mil no interior, como candidato a Deputado Federal, disputando com mais de 200 candidatos.

Agora, volto ao assunto com relação ao discurso do Presidente Sarney, na ONU, ontem. Realmente, o discurso foi muito bom, foi um discurso importante, mas acho que o bom discurso que os países ricos precisam ouvir, é outro bem diferente, é aquele quando o Brasil, Argentina e Uruguai se sacrificavam, quando faziam racionamento e vendiam alimentos para os Estados Unidos, para a Inglaterra, para a França. Entretanto, eles hoje esquecem que o Brasil ficou nas mãos dos Estados Unidos, com quinhentos milhões de dólares, não sei quantos anos, sem juros e correção monetária. Eles se esquecem que a Inglaterra ficou devendo milhões de libras e não pagou, eles se esquecem que o franco francês ficou sendo carregado, não valia nada. Se nós recebemos alguma coisa, foi da Itália, assim mesmo de que maneira. O Governo tomou, aqui, propriedades de entidades italianas. E como eles nos pagaram? Com mercadorias e da maneira que quiseram.

Então, o que é preciso se falar na ONU é o seguinte: na hora em que os grandes, poderosos e ricos países estavam recebendo as bombas de Hitler, na hora em que eles estavam sitiados e ameaçados, na hora em que o povo inglês não podia respirar, nós, aqui no Brasil, estávamos fazendo racionamento para mandar alimentos para os Estados Unidos, Inglaterra, França e, depois, ainda mandamos os nossos pracinhas. Isto eles estão esquecendo.

Esse é o discurso que aqueles gringos tinham que ouvir, a verdade é essa, porque nós nos sacrificamos, o povo brasileiro entrou num sistema de racionamento, e na hora em que esses poderosos, que dizem serem os ricos e que, se amanhã desentenderem, vão precisar dos países pobres novamente, não se esqueçam de que o tratamento que o Fundo Monetário Internacional tem que nos dar é diferente. Na hora em que aqueles banqueiros internacionais recebiam bombas em cima dos seus bancos, arrasando a economia daqueles países, nós, aqui, do Brasil, estávamos mandando tropas, estávamos mandando alimentos e solidariedade.

Esta é a mensagem que eles têm que ouvir: o nosso sacrifício daquela época tem que ter retribuição. Não vamos fazer a miséria do povo brasileiro, nem se deve fazer a miséria do povo argentino, nem do uruguaio. O Uruguai era um país próspero, as suas dificuldades foram oriundas da guerra. Eu pergunto: o que nós recebemos dos Estados Unidos? Eram quinhentos milhões de dólares. Na última hora, mandaram iôô e outras coisas que nós importamos.

Então, meus Srs. quando eu discordo do discurso do Presidente é porque ele tinha que usar outra linguagem,

linguagem de que nós sofremos. Se eles estão em boa situação econômica e financeira, agradeçam a estes três países que, durante o período da guerra, deram tudo para que os Estados Unidos vencessem, realmente, a guerra. Que eles não se esqueçam de uma coisa: pode haver um desentendimento e eles vão precisar de nós. A economia inglesa ficou dependente do resto da América do Sul, assim como da França e de outros países. Entretanto, como eles nos agradecem hoje? Querem acabar com o povo brasileiro, porque recessão aqui é desemprego, é miséria, é fome. Esse tratamento eles não podem dar a esses três países, porque na época em que eles estavam sendo bombardeados e estavam na miséria, foi com esses três países que os Estados Unidos e a Inglaterra contaram realmente para vencer a guerra, inclusive, libertar a França.

Então, agora está na hora de eles libertarem o povo brasileiro dessa inflação, libertarem os povos argentino e uruguaio também. Esse é que é o discurso que se precisa fazer. lembrar a eles que as coisas não acontecem uma vez só, que a História se repete e, se repetir, o povo brasileiro será, realmente, incapaz de ficar solidário com quem quer matá-lo de fome.

Não se esqueçam, os Estados Unidos, que amanhã eles podem depender do Terceiro Mundo, e nós estamos incluídos entre eles, com juros e taxas elevadas.

Nós aguardamos, Sr. Presidente, que algum Presidente da República fale isso na ONU.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Colagrossi.

O SR. JOSÉ COLAGROSSI (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No I Encontro dos Engenheiros de Brasília, em maio último, foi divulgada uma Carta à Nação, contendo importantes e fundamentais contribuições para a vida brasileira, desde a sugestão da Constituinte em 15 de novembro de 1986, à elaboração de anteprojeto com a presença de representantes de Brasília, à criação de um Sistema de Proteção do Meio Ambiente Natural da Cidade, com representantes do Governo local e da comunidade, principalmente órgãos de classe.

Sugere a referida carta que o Governo do Distrito Federal inicia a primeira etapa do Programa de Obras de Recuperação do Lago Paranoá, ampliadas as duas estações de tratamento de esgotos, verificando a possibilidade da implantação de uma Estação de Piscicultura.

A equiparação dos salários dos engenheiros das empresas estatais de Brasília, a revisão da educação universitária para melhorar o aporte tecnológico, uma política de exportação e importação voltada para a valorização da mão-de-obra nacional, a reforma tributária emancipadora dos Municípios e Estados, um pólo de informática no Distrito Federal e a criação nas estatais, por eleição direta, de Conselho de Funcionários, são outros pontos da Carta à Nação, divulgada pelos engenheiros de Brasília, que também assinala os seguintes pontos:

a) fiscalização das empresas estatais pelos sindicatos, entidades de classe e conselhos de funcionários;

b) discussão e opinião da sociedade sobre o alto custo social da tomada de recursos no exterior, a invasão das multinacionais, a compra de equipamentos através de pacotes, com prejuízo para o parque industrial brasileiro e em detrimento do povo;

c) não permissão de qualquer reajuste de dívida aos órgãos do Estado em percentuais superiores ao dos reajustes do salário do trabalhador, principalmente quanto a prestações do BNH, promovendo-se uma revisão imediata da política habitacional;

d) estímulo à melhoria da habitação no campo para a fixação do lavrador no seu habitat, evitando-se o favelamento dos grandes centros urbanos;

e) sistema financeiro para financiar habitações de madeira, mistas e com uso de materiais tecnicamente variáveis, adaptando-se o seguro ao sistema e não o sistema ao seguro;

f) educação ambiental, através de ações concretas e permanentes, visando a preparar a sociedade para o uso adequado dos recursos naturais renováveis;

g) imediata implantação da reforma agrária e incentivos do retorno do homem ao campo, liberdade e autono-

mia sindical, revogação imediata de todas as leis de exceção.

Apoiando essas reivindicações, louvamos os engenheiros de Brasília pela sua patriótica iniciativa.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador José Fragelli, Srs. Congressistas: Realmente, parece que é uma brincadeira aqueles que estão gerindo os destinos desta Nação, tamanho o disparate com que apregoam, à vista de todos, as maiores, não digo falsidades para não ferir a honra pessoal de ninguém, mas as maiores mentiras, os maiores engodos.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Congressistas o que acaba de ser estampado na imprensa, como declarações do Ministro da Fazenda, de que a inflação agora vai baixar para cerca de 9,5 a 10,5%, advinda das alturas dos 14%, quando, na realidade, todo mundo sabe, todo mundo vê, todo mundo sente na própria carne, que os preços dispararam. Como é que, se tudo sobe, a inflação pode baixar? Onde e em que lugar, quando? Como a gente sente que essa inflação miserável caiu do patamar de 14%, ou pode cair agora para 9%, 9,5%, 10%, 10,5%? É por isso que ninguém mais leva a sério o Governo de José Sarney, que passou a ser um governo de fantasia, das operetas, das ante-salas, das antecâmaras do Palácio do Planalto, que cria em seu redor uma imagem de que ele é um grande Governo, quando, na realidade, esse Governo não existe e, se existe, Srs. Congressistas, o povo sente ao contrário.

Quando, outro dia, aqui declarei que o Governo ouviu mal e sentenciou pior ainda que o povo não deveria comer carne e que, respeitosamente, fiz a figura comparativa, mas sem desrespeito à Primeira Dama do País, que se eu pudesse instalaria um aparelho de televisão invisível, próximo à ela, para saber se à sua mesa haveria carne, enquanto ao povo era aconselhado não comer carne, veio um ilustre Deputado dizer que agredia a figura de José Sarney. Ou esse Deputado é muito pobre de espírito ou, então, não entende nada do que se fala e, em respeito à sua figura, vou deixar de dizer seu nome. Mas é primário, em um Deputado atacando erros do Governo, dizerem que o Deputado atacou a honra pessoal do Presidente da República. Isso é a coisa mais primária, e por ser primária — não vou citar o nome desse Deputado — é porque ele não pode rebater as críticas contundentes de Wilmar Palis que diz apenas a verdade, que nunca foi ao Palácio do Planalto pedir sinecuras ou algo ao Presidente, com o direito adquirido de ter feito a campanha muito maior do próprio Presidente José Sarney, que me mandou votar contra as diretas, e eu não votei, votei nas "Diretas Já" — à época ele era o Presidente do PDS.

Mas, não me move nada de pessoal quanto a Sua Excelência, não me move nada de pessoal quanto a qualquer figura dessa chamada Nova República, que de comida é mais antiga que a antiga. O que me move é que se fizesse um governo sério, voltado para as causas públicas, não um governo da palavra, não um governo da retórica, não um governo da fantasia, mas um governo de ação firme, decidida, com substratos daquilo que refletisse direito em benefício para o povo. Pode algum Sr. Deputado, algum Sr. Senador, apontar qual foi o benefício, nesse período, diretamente feito para esse povo? Nada! Ainda aumentam a energia elétrica em 36, 37% e falam que o aumento é pouco. Mas se o Brasil está com excesso de energia, ainda cobram energia, aumentam-na e ainda querem mais aumento para esconder a incompetência de um Governo que não está preparado para governar. Aumentam, diariamente, as tarifas de serviços públicos e ainda falam que as camadas mais pobres não serão atingidas. Como é que se pode separar uma tarifa de energia elétrica para o mesmo logradouro, onde mora o pobre e o rico? É uma mentira, é um engodo, é uma farsa, é uma tapeação. A tarifa é igual para todos da mesma área.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli. Fazendo soar a campanha.) — O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. WILMAR PALIS — É por isso, Sr. Presidente José Fragelli, que eu quero declarar que assino embaixo, meu nome é Wilmar Palis: se o Ministro da Fazenda advinhar que a inflação deste mês vai girar em torno de 9,5 a 10,5% essa República está falida, desmoralizada, acabada, porque passar de 14 para 10%, quanto tudo sobe vertiginosamente, é preciso pelo menos ter um pouquinho de autocritica para não mentir tão deslavadamente assim. Estão roubando é o dinheiro da caderneta de poupança. Como agora a poupança é a correção mais a taxa de 5%, o patamar de 14 tem que cair para tirar o dinheiro do pobre do povo que lá deposita e outras consequências, essa é uma delas.

Então, concluo, Sr. Presidente, José Fragelli, com o respeito e admiração que tenho por essa Presidência como sempre eu soube respeitar, e quando eu ataco os erros do desgoverno José Sarney eu não estou atacando a honra pessoal de quem quer que seja, como quis fazer ver pobremente, tristemente, melancolicamente, um Sr. Deputado que é até meu amigo, mas no afã de defender o Governo, de passar no Palácio do Planalto e mostrar a defesa e cobrar uma benesse ele se esqueceu que os ataques do Deputado Wilmar Palis nunca são às pessoas, são aos fatos advindos de um mau governo, de um governo da fantasia, de um governo que eu impedi até que se fizesse, porque foram as nossas críticas que deram um pouco de equilíbrio, para que ele não fizesse sarau nos salões do Palácio do Planalto, enquanto o povo morre de fome.

Sr. Presidente, eu vou prosseguir na minha jornada; a minha voz aqui pode ser a única que externa de dentro para fora, mas no coração de cada Deputado, no coração de cada Senador que realmente tem os pendores da democracia em sua alma, na alma de cada um desses Congressistas, como na de V. Ex^a, Senador José Fragelli, e na do povo brasileiro, as eleições diretas serão o advento, a refulgência e a grandeza desta Nação brasileira que, tristemente, sem as eleições diretas estão numa situação melancólica: "Diretas Já", Sr. Presidente, para a grandeza da Nação brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Alcení Guerra (PFL — PR) — Sr. Presidente, pela ordem, como Líder da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Eu solicitaria que V. Ex^a deixasse falar primeiro o Sr. Deputado Horácio Ortiz e depois eu concederei a palavra a V. Ex^a.

O Sr. Alcení Guerra — Eu acato o pedido de V. Ex^a e reservo para a sessão seguinte o uso da palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Horácio Ortiz.

O SR. HORÁCIO ORTIZ (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: A população de São Paulo está seriamente preocupada com o desenrolar da campanha eleitoral para a prefeitura da Capital. Realmente, as últimas pesquisas demonstram um grande equilíbrio entre o candidato Jânio Quadros, do PTB, PDS e Frente Liberal, e o candidato Senador Fernando Henrique Cardoso.

Nós analisamos as conclusões do Gallup, apresentadas à imprensa, e chegamos à conclusão de que realmente, são estudos racionais, estudos profundos. Como sociólogo, inclusive, analisamos as perguntas muito importantes, complementares, feitas pelo Gallup à população de São Paulo. Daí a nossa preocupação e a nossa obrigação, como membro do Diretório do PMDB, como seu representante nesta Casa, de fazer uma recomendação ao ilustre Presidente do nosso Partido, Deputado Valdemar Chubace, e não podendo fazê-la na reunião da executiva desta manhã, porque convocada para às 10 horas, até às 11 horas, praticamente, ninguém lá apareceu, tomamos a iniciativa de mandar um telegrama que, em linhas gerais, quero expor aos meus dignos pares desta Casa. Achamos que vamos ganhar essas eleições, o PMDB vai ser vitorioso na Capital de São Paulo, mas são necessárias imediatas medidas, imediatas providências, porque consideramos que não mais podemos tolerar a sua execução.

Então, pedimos ao Presidente imediatas providências no sentido do seguinte: primeiro, aprovação imediata, pela Assembléia Legislativa, do aumento efetivo da Polícia Militar. Estão lá discutindo esse projeto, e temos maioria na Assembléia, mas lá estão há um mês na dis-

cussão desse projeto, quando achamos necessário aumentar o efetivo da polícia nas ruas, motivo de demagogia do outro candidato. Segundo, acabar com esse roteiro turístico dos trombadinhas diariamente do centro à FEBEM, e vice-versa. E, lamentavelmente, Sr. Presidente, é o que ocorre. Criminosos com dois, três crimes nas costas são agarrados no centro e levados à FEBEM, e em poucas horas esses criminosos estão de volta à cidade. Terceiro, evitar novos pedágios e aumentos de impostos, taxas e multas. Já está na hora de uma certa racionalidade dos nossos executivos. Quarto, convocação imediata do CONFAZ para redução do ICM para táxis. O próprio Presidente José Sarney, há mais de 30 dias, já eliminou o IPI e outras taxas para os veículos para táxis. E a reunião do CONFAZ, que teria interesse do Governo do Estado, o Sr. Governador recebeu um apelo da bancada, e de nosso lado, para que o CONFAZ se reúna e os Srs. Secretários concordem com a redução do ICM para os táxis. É uma medida justa, necessária e urgente. Quinto, apoio administrativo e pessoal aos parlamentares da região.

Lamentavelmente, a Prefeitura tem-se omitido nesse apoio aos parlamentares, e fazemos, mais uma vez, um apelo ao Prefeito Mário Covas, para que não se esqueça de quem ganhou a eleição no Estado de São Paulo, e que inclusive o mantém como Prefeito nomeado, foi o conjunto, a estrutura de luta política do PMDB, da qual eu participo, e todos os Deputados federais.

Em sexto lugar, aprovação imediata aqui, na própria Câmara Federal, dos projetos de alto interesse popular, como o Vale-Transporte, que é uma grande conquista do Governo José Sarney, o nosso projeto da casa popular, que entrará em pauta amanhã, com a eliminação do ICM para casa popular até 100 m².

Em sétimo lugar, um assunto meio difícil, mas que achamos deve ser tratado com responsabilidade, com dignidade e coragem, Sr. Presidente. É o problema da faixa própria de propaganda dos PCs, nessa campanha eleitoral. Lutei para a regularização desses Partidos, mas achamos que, à vista das pesquisas, a maior ajuda que esses Partidos podem nos dar é evitar a confusão e a ostentação da sua propaganda pessoal na campanha do Dr. Fernando Henrique Cardoso.

E em oitavo e último lugar, Sr. Presidente, uma medida primária, mas que não sentimos nenhuma movimentação, nenhum trabalho efetivo do PMDB de São Paulo, no sentido de uma ampla divulgação dos escândalos da COBAL, criada e encimada pelos dirigentes do PTB, na sua famigerada adesão ao Figueiredo, para a conquista daqueles cargos, e aprovação do famoso Decreto nº 2.065, que criou ainda mais o arrocho salarial por mais um ano, no Governo Figueiredo, se não fosse aquela meia dúzia de votos do PTB.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O tempo de V. Ex^a está esgotado. Peço que conclua seu pronunciamento.

O Sr. Horácio Ortiz — Terminando, Sr. Presidente, queremos que nós do PMDB, nesse oitavo índice, não nos esqueçamos de deixar, em todas as manifestações de propaganda do nosso candidato, a nossa repulsa explícita e ostensiva ao apoio de Maluf e Delfim ao Sr. Jânio Quadros.

Assim, Sr. Presidente, são esses os oito itens que nós, através de telegramas, pedimos à direção do PMDB de São Paulo, para a reativação da campanha, no sentido de que a nossa vitória final, que é indiscutível, seja apresada e mais significativa. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Corrêa.

O SR. PEDRO CORRÊA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Em visita à cidade de Goiânia, o Governador Roberto Magalhães, na concentração alusiva à inauguração das obras de remodelação do Hospital Regional Belarmino Corrêa, teve oportunidade de anunciar que este ano serão iniciados os serviços de ampliação do abastecimento de água naquele município pernambucano, orçado em dois bilhões de cruzeiros.

Acompanhado de 13 Deputados estaduais, dois Deputados federais e dois Secretários de Estado, sua recepção se constituiu numa verdadeira apoteose do povo ao seu

Governador, quando participou de uma concentração popular na Rua dos Martírios.

Em 1984, o Governador Roberto Magalhães estivera em Goiânia, para entregar-lhe um obra que não prometera: o acesso pavimentado à Praia de Pontas de Pedra, ansiosamente reclamado pela população.

Isso revela um especial interesse do Governador por aquela cidade, onde foi derrotado em 1982, premiando-a, no entanto, logo depois, com grandes obras públicas, devendo iniciar, ainda este ano, os trabalhos de melhoria do abastecimento de água.

Queremos, nesta oportunidade, parabenizar o Deputado Osvaldo Rabelo, Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, por levar, mais uma vez, o Governador Roberto Magalhães a Goiânia, propiciando-lhes espetáculo de democracia e de grandeza humana, pois não faltou, às comemorações, a presença de muitos adversários de ontem.

No palanque, na Praça Pública, agradecendo as homenagens do povo goiano, o Governador teve ocasião de assinalar que outras vezes visitará aquela cidade, acompanhando as obras públicas estaduais ali iniciadas, e, principalmente, para inspecionar e inaugurar as referentes ao serviço de abastecimento de água.

A conduta do Governador tem recebido os melhores comentários do povo goiano, tanto mais quando não traduzem essas visitas um agradecimento eleicoeiro, mas significam, realmente, um justificado interesse pelo desenvolvimento de uma das mais antigas e progressistas cidades do nosso Estado, de assinalada vocação oposicionista.

Nós que tivemos oportunidade de presenciar essa manifestação, destacada no noticiário de toda a imprensa pernambucana, queremos, neste instante, congratular-nos com o Governador Roberto Magalhães pelo êxito da visita e com o povo goiano pelas obras inauguradas. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Alceni Guerra, que falará como Líder do PFL.

O SR. ALCENI GUERRA (PFL — PR. Como Líder pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas: Há poucos instantes, nós ouvimos, desta mesma tribuna, algumas colocações do Deputado Wilmar Palis, que obrigam a Liderança do meu Partido a contrapor alguns argumentos que possam conduzir esta Casa a um diálogo mais sereno e mais produtivo.

Une-me ao Deputado Wilmar Palis, uma convivência amistosa nesse processo político, até muito agradável porque fomos companheiros em lutas árduas nesta Casa, na campanha pelas eleições diretas, na campanha pela eleição do falecido Presidente Tancredo Neves, que em consequência trouxe à Presidência da República o atual Presidente José Sarney.

Não ocuparia a tribuna, em nome do meu Partido, se as colocações, embutidas subjetivamente, de algum elemento desairoso não fossem recorrentes nesta tarde, não só por parte do Deputado Wilmar Palis como por outros Deputados. O Deputado reiteradamente disse, aqui, que não fazia crítica pessoal ao Senhor Presidente da República, mas a ênfase com que ele cita nominalmente o Governo do Presidente José Sarney, permanentemente, após a crítica à sua política econômica e à sua política em outras áreas, fazem deduzir que a crítica, realmente, está eivada de um caráter pessoal. Essa ênfase repetitiva, todos os dias, fez com que um Deputado, quero acreditar não do meu Partido, porque estava na Liderança hoje à tarde e não ouvi nenhum parlamentar do Partido da Frente Liberal atacar as argumentações do Deputado Wilmar Palis, mas é compreensível que algum parlamentar, nobre Deputado, tenha feito isso porque a insistência com que V. Ex^a dá ênfase, ilumina o Governo do Presidente José Sarney, faz com que essa dedução seja uma coisa natural.

Ouvimos hoje à tarde, ainda, críticas um tanto ásperas à família do Presidente, empregada no Palácio do Planalto, e gostaria de reafirmar, aqui, a posição do meu Partido, em que elogia e se orgulha da atuação de duas pessoas da família do Senhor Presidente, ligadas ao nosso Partido, que ocupam, hoje, cargos no Palácio do Planalto, e que ocupariam em qualquer governo, pela sua

competência e pela sua probidade. Refiro-me à Sr^a Roseana Sarney Murad e Sr. Jorge Murad, que pela sua inteligência, competência e probidade, como me referi há pouco, fazem jus ao cargo que ocupam, à função de confiança que ocupam e ocupariam, como disse, em qualquer governo sério que se preocupasse com a eficiência e em dar à população uma resposta clara aos seus anseios.

Ocupo a tribuna para fazer ao Deputado Wilmar Palis e aos demais Deputados que, reiteradamente, fazem ênfase a essa...

O Sr. Wilmar Palis — Pelas palavras de V. Ex^a à crítica sobre a nomeação da Sr^a Roseana e do Jorge Murad, pode parecer que tenha sido feita por mim, nesta tarde. Sobre a mentira da queda da inflação de 14% para 10%, isso é que eu gostaria que V. Ex^a pudesse explicar. Quanto a parte da família, não me referi a isso, então, gostaria que V. Ex^a deixasse bem claro que minha crítica não é pessoal. Se outros a fizeram, cada um responde por si, eu respondendo por mim.

O SR. ALCENI GUERRA — Faço justiça a V. Ex^a

O Sr. Wilmar Palis — Agradeço a V. Ex^a o seu cavalheirismo.

O SR. ALCENI GUERRA — Realmente, não partiam de V. Ex^a essas críticas, eu as embutei no meu discurso apenas para responder a todas de uma só vez.

O Sr. Wilmar Palis — Não! V. Ex^a falou bem, mas é que como o nome pronunciado é o do Deputado Wilmar Palis, ao ouvinte menos atento pode parecer, por essa falta de atenção, que V. Ex^a estivesse atribuindo a mim, as críticas à família de Sua Excelência o Senhor Presidente da República. Eu crítico os atos do Governo, jamais pessoalmente, fiz isso em 16 anos de vida pública.

O SR. ALCENI GUERRA — Acredito que V. Ex^a tenha feito o reparo condizente com a situação.

Mas Deputado, a respeito das críticas que faz V. Ex^a à política econômica do Governo do Presidente José Sarney, elas seriam, não digo facilmente respondíveis; é difícil, hoje, achar-se argumentos para defender qualquer Governo, assim como foi o Governo passado e o é este presente, quando temos uma inflação dessa natureza e desse porte, poderia aqui desfilar todos os argumentos já usados, e nós o faremos sempre que V. Ex^a colocar este assunto. Os argumentos de que herdamos uma carga pesada, que a estrutura, a conjuntura econômica do País é uma conjuntura defasada, eivada de erros e vícios, não de 20 anos, nobre Deputado, mas de cem anos; embuteiram elementos à nossa economia que fizeram com que, nos dias de hoje, na atual crise econômica mundial, tivéssemos agravadas as nossas mazelas econômicas do País. E será sempre fácil responder com esses argumentos, desde que a crítica seja feita à política econômica, desde que a crítica seja feita aos Ministros da área econômica.

O Sr. Wilmar Palis — V. Ex^a é inteligente e brilhante, mas está desviando o curso do rio.

O SR. ALCENI GUERRA — É difícil responder, quando V. Ex^a subjetivamente coloca num tom até emocional o sobrenome do Presidente e embute neste sobrenome uma crítica que queremos considerar vítima de uma idiossincrasia pessoal de V. Ex^a...

O Sr. Wilmar Palis — Quero que V. Ex^a explique a queda de 14% para 10%.

O SR. ALCENI GUERRA — Nobre Deputado, darei o aparte a V. Ex^a, mas permita que eu conclua o meu raciocínio.

O Sr. Wilmar Palis — Com muito prazer, mas é em nome da amizade a V. Ex^a que volto a este microfone. Quero que V. Ex^a me ouça apenas trinta segundos, porque V. Ex^a está fugindo do curso do rio. Só queria explicar, e não voltarei mais ou voltarei se V. Ex^a anuir, dado ao companheirismo e amizade que nos congrega aqui, de longa data. Não estou criticando que a inflação esteja altíssima, o que estou criticando é que como num passe de mágica, se tudo está subindo, a inflação vai baixar de 14% para 10% neste mês! Isto é o que quero que V. Ex^a explique. É contra essa mentira do Governo que me rebelo, porque se essa inflação passar de 14% para 10% com o aumento vertiginoso da energia elétrica, com os aumentos que estão aí nos supermercados, ninguém mais

pode comprar nada, como é que, se tudo sobe, a inflação pode baixar? Obrigado a V. Ex^a

O SR. ALCENI GUERRA — Eu me referia, Deputado, que seria fácil defender o Governo quando as críticas fossem feitas em termos técnicos, e dizia que me parece que a insistência com que V. Ex^a dá um sobrenome ao Governo me fazia parecer que talvez houvesse algum problema de idiossincrasia pessoal entre V. Ex^a e o Presidente José Sarney. Se assim fosse, seria muito mais fácil para nós, e até lhe peço isso, como um dos Vice-Líderes do Governo, que dominasse e esclarecesse a idiossincrasia e quem sabe a partir disso pudéssemos fazer a defesa mais fácil do Presidente José Sarney.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrado o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1^o Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 13, de 1985-CN

Em 24 de setembro de 1985

Ao
Excelentíssimo Senhor
Senador José Fragelli
DD. Presidente do Congresso Nacional.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1985, que "acrescenta item ao artigo 165 da Constituição Federal", solicito a Vossa Excelência a prorrogação por mais 30 (trinta) dias do prazo concedido a este Órgão para apresentação do parecer que se encerrará, amanhã, dia 25 de setembro do corrente.

Outrossim, esclareço que o pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo e que está a exigir um prazo mais dilatado ao Relator, Deputado Paulo Zarzur, ao qual redistribuí a proposição, em substituição

ao Deputado Raul Ferraz anteriormente designado, para a elaboração do parecer.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração,
Atenciosamente, Alexandre Costa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência comunica que, não tendo sido apreciado no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, o Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1985-CN; referente ao Decreto-lei nº 2.152, de 1984, será incluído em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional, *in fine*.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1985, que acrescenta parágrafo ao art. 101.

— Dependendo de Parecer a ser proferido em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume, para emitir o parecer sobre a matéria.

O SR. JORGE KALUME (PDS — AC. Para emitir o parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Proposta de Emenda à Constituição submetida a exame desta Comissão Mista acrescenta parágrafo ao artigo 101, determinando seja remunerado como § 2º o atual parágrafo único. A Proposição visa a excluir o servidor vitalício da justiça não remunerado pelos cofres públicos da norma que estabelece a aposentadoria compulsória de funcionário público aos setenta anos de idade. Além disso, objetiva remeter o disciplinamento da matéria à legislação ordinária.

Na justificação, ponderam os ilustres autores que o serventário vitalício da justiça não remunerado pelos cofres públicos não é funcionário público, mas, sim, servidor público *lato sensu*. Em consequência, não tem sua aposentadoria paga pelo erário.

Adiantam, ainda, que a aposentadoria compulsória do titular vitalício de cartório, aos setenta anos de idade, não tem amparo constitucional e não pode aplicar-se ao servidor público regido pela legislação trabalhista, onde inexistente a aposentadoria compulsória — decisão salutar que permite ao indivíduo saudável continuar no exercício de sua função além daquela idade.

A iniciativa é louável e, a própria justificação, recomenda sua aprovação. Além de esclarecer, de definir uma posição constitucional quanto ao assunto, pondo fim às várias interpretações divergentes, a Proposta tem a precaução de determinar seja a matéria disciplinada pelo legislador ordinário.

Pelo exposto, por não conflitar a medida com outros dispositivos constitucionais, pela juridicidade, por estar de acordo com as normas regimentais e em boa técnica legislativa e por ser oportuna e conveniente, opino pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1985.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O parecer conclui pela aprovação da proposta.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A proposta de emenda à Constituição nos termos do art. 48 da Lei Maior, exige *quorum* de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse *quorum*, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Mensagem Presidencial nº 45, de 1985-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.153, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00